



O conceito de “lugar de fala” e a Comunicação/comunica ção

The concept of “place of
speech” and the
Communication/communi
cation

Pedro Henrique Conceição dos Santos

Doutor em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF), Mestre em Comunicação (PPGCOM/UFF), Bacharel em Produção Cultural (UFF).
Editor do periódico Mídia e Cotidiano. E-mail: pedrohenrique.cdossantos@gmail.com



Resumo

A proposta deste trabalho é discutir a importância do conceito de “lugar de fala” na comunicação, tanto enquanto área de conhecimento quanto setor do mercado de trabalho. Partimos da ideia de que a Comunicação foi fundada em uma estrutura racista, principalmente ao analisar a realidade brasileira. Por essa razão, vemos que há baixa representatividade de pessoas negras na mídia e suas representações são controversas. Acreditamos que é através de um exercício crítico, fundado na epistemologia afrodiaspórica, que podemos alterar o quadro contemporâneo rumo a uma plenitude comunicativa da população negra.

Palavras-chave: lugar de fala, mídia, comunicação, pensamento afrodiaspórico.

Abstract

The purpose of this paper is to discuss the importance of the concept of "place of speech" in communication, both as an area of knowledge and as a sector of the labor market. We start from the idea that Communication was founded on a racist structure, especially when analyzing the Brazilian reality. For this reason, we see that there is a low representation of black people in the media, and their representations are controversial. We believe that it is through a critical exercise, based on the Afrodiasporic epistemology, that we can change the contemporary picture towards a communicative plenitude of the black population.

Keywords: : place of speech, media, communication, afrodiasporic thought.



1 Introdução

As Ciências da Comunicação¹ são consideradas um conjunto que reúne inúmeros setores científicos em uma área de conhecimento. Para Calhoun ([2011], 2012), a Comunicação é uma disciplina repleta de heterogeneidade no que diz respeito ao seu caráter teórico-metodológico. No entanto, essa perspectiva é criticada por Mattelart ([1995], 2014), especialmente em relação à divisão de “escolas da Comunicação”, que para o autor é ilusória. Assim, ainda que seja interdisciplinar, ou também multidisciplinar, a Comunicação tem suas particularidades.

Quando pensamos a comunicação, ou seja, o trabalho da comunicação social no mercado de trabalho — através do jornalismo, da publicidade, das relações públicas, dos analistas de mídias e outros profissionais envolvidos — também é possível destacar a pluralidade de ocupações envolvidas. Aparentemente, “tudo” pode ser comunicação social. Porém, existe um ponto que difere essa gama de profissões de outras em que a comunicação também pode exercer um papel relevante.

No entanto, assim como é indicado por Sodr  (2016, p. 69),   no “comum” que “[...] a sintonia sens vel das singularidades [ ] capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso”. Comunica o, no ponto de vista assumido pelo pesquisador brasileiro,   aqui interpretada como elo que une pontas antes soltas. N o se trata de uma l gica de emissor/receptor, simplesmente, mas de comunh o. H  a conjugac o de dois mundos que se chocam e promovem um novo caminho, uma nova maneira de olhar. Ao estabelecermos um contato comunicativo, ampliamos nosso horizonte para uma perspectiva mais abrangente, dentro da compet ncia que o ato comunicativo tem de criar liga es.

Essa perspectiva   contrastada com a realidade racista na qual o par Comunica o/comunica o   fundado. Para n o cometer um anacronismo ao realizar essa afirma o, destacamos que a palavra racismo foi utilizada pela primeira vez em 1902, por meio do voc bulo franc s *racisme* na publica o *Revue Blanche*, em artigo assinado por A. Maybon (RODRIGUES, 2012). Posteriormente, o termo apareceria novamente em sua variante em ingl s (*racism*) para designar a pol tica nazista empreendida ao longo da Segunda Guerra Mundial (RODRIGUES, 2012). Dito isso, reafirmamos que o par Comunica o/comunica o se erigiu atrav s do racismo.

No que diz respeito ao mercado, a cria o da publicidade no Brasil corrobora com nossa coloca o. Ao levarmos em considera o, por exemplo, a hist ria da publicidade no Brasil, conseguimos enxergar as consequ ncias do racismo impressas em jornais. Para tanto, primeiramente, indicaremos como, na interpreta o de certos autores da  rea da publicidade, o mercado comunicativo s  surgiu quando Dom Jo o VI determinou a abertura dos portos e,

¹ Ao longo do trabalho, utilizamos “Comunica o”, em letra mai scula, para designar a  rea do conhecimento e “comunica o”, em letra min scula, para indicar a  rea profissional da comunica o social, ligada ao mercado de trabalho.



consequentemente, a prensa tipográfica chegou ao país (MARCONDES, 2001, p. 14-17; ALVARES et al., 2016, p. 173; BRANCO, 1994, p. 89). Ainda segundo esses teóricos, temos a supressão de uma das principais fontes de renda para os jornais através dos classificados de pessoas negras escravizadas sendo negociadas, informação tornada irrelevante e sem um debate criticamente construído.

A supressão do conhecimento histórico da participação da escravidão e das pessoas negras na edificação do mercado comunicativo brasileiro tem uma razão. Não podemos nos esquecer do epistemicídio cometido continuamente contra os negros brasileiros que são impedidos de conhecer sua própria história (CARNEIRO, 2005). Por epistemicídio negro, a intelectual brasileira Sueli Carneiro entende como um “instrumento operacional para a consolidação das hierarquias raciais por ele produzidas, para as quais a educação tem dado contribuição inestimável” (CARNEIRO, 2005, p. 33), “um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/poder” (CARNEIRO, 2005, p. 96). Consequentemente, nos trabalhos de Marcondes (2001), Branco (1994) e Alvares et al. (2016), as pessoas negras em situação de escravização aparecem de maneira suprimida, sem que a dimensão social e histórica atribuída a problemática da escravidão no Brasil possa emergir.

Para discussão sobre a história da publicidade brasileira, a escolha dos autores foi apresentar as mercadorias mais comuns à época, entre eles “os escravos”². De acordo com eles, a publicidade brasileira surge através de jornais, por meio dos classificados. Os classificados representam um espaço para a promoção de mercadorias e serviços, com o objetivo de realizar negociações através de anúncios. Uma das fontes mais lucrativas era formada pelo conjunto de anúncios relacionados a compra, venda, leilão e captura de pessoas escravizadas que fugiram de sua situação em cativeiro e trabalhos forçados.

Ao pensar sobre a produção da comunicação na contemporaneidade, vemos a reprodução daquilo que Hall ([2013], 2016) chama de regime racializado da representação. O regime racializado da representação “se dá por meio da tentativa de cristalização de certas características a um grupo étnico-racial” (CONCEIÇÃO DOS SANTOS, 2023, p. 119). Em seu trabalho, Hall ([2013], 2016) se debruça para compreender a realidade da representação negra na mídia britânica, sinalizando para a manutenção de estereótipos. Dentro do regime racializado da representação, podemos perceber que os estereótipos são atualizados ao longo do tempo, com o intuito de fixar as imagens no imaginário da sociedade e, assim, conceber uma visão preliminarmente formada que antecede a possibilidade de compreensão do “Outro”.

² Colocamos a palavra “escravo” dessa maneira pois acreditamos que a escravidão foi um processo ativo de diminuição de uma população, levada à subalternização que implica inúmeras consequências até os dias de hoje. Assim, ao longo do texto utilizamos termos como “escravização” e “pessoas negras escravizadas” para indicar a ação material e histórica ali construída.



Como consequência, vemos fenômenos como a baixa representatividade³ negra na mídia. No caso da publicidade brasileira, segundo dados levantados por Moreno Fernandes (2022), permanece baixo o percentual de personagens negros na publicidade. Desde 1980, quando temos os primeiros registros, o índice era de 3% e, em 2019, o índice chegou aos 19,46%. Ou seja, ainda que haja um “número levemente maior de representatividade negra”, ainda está “bem distante da realidade” (MORENO FERNANDES, 2022, p. 27) brasileira, levando em consideração que 54% da população brasileira é negra, ou seja, formada por indivíduos que identificam sua pele como preta ou parda (SARAIVA, 2017).

Esse preâmbulo nos indica a pertinência do conceito de “lugar de fala” como noção política norteadora de uma transformação efetiva da sociedade. A proposta deste trabalho é discutir a importância do conceito de “lugar de fala” na Comunicação, refletindo como o conceito atravessa a realidade de nossa área. Assim como indicamos nesta introdução, partimos da ideia de que a Comunicação foi fundada em uma estrutura racista, principalmente ao analisar a realidade brasileira. Por essa razão, vemos que há baixa representatividade de pessoas negras na mídia e suas representações são controversas. Acreditamos que é através de um exercício crítico, fundado na epistemologia afrodiáspórica, que podemos alterar o quadro contemporâneo rumo a uma plenitude comunicativa da população negra. O conceito de “lugar de fala”, ao ser utilizado concomitantemente com a intertextualidade, serve como ferramenta político-crítica, tanto pensando o mercado de trabalho, quanto crítica uma epistemologia racional/moderna da contemporaneidade.

2 Sobre o conceito de “lugar de fala”

O conceito de “lugar de fala” têm sido utilizado por pesquisadores de diferentes áreas para dar vazão às questões que envolvem grupos sociais segregados e marginalizados historicamente e na materialidade da realidade social de nossa época. Uma das teóricas expoentes que tem trabalhado o conceito é Djamila Ribeiro (2019), que propôs uma obra que discute a construção conceitual do termo.

A filósofa brasileira realiza uma investigação que busca compreender a importância política do “lugar de fala” no que tange o desenvolvimento do feminismo negro. Precisamos, antes de tudo,

³ Nossa concepção de representatividade reúne as esferas qualitativas quanto quantitativas. Nesse sentido, “afirmamos que a representatividade é o sentimento político-estético de se sentir representado. Esse sentimento surge a partir de duas dimensões, uma qualitativa e outra quantitativa. Na esfera qualitativa, a representatividade está inserida em uma perspectiva que a figura de quem representa respeita os aspectos identificatórios de um determinado grupo, promovendo a possibilidade de construções subjetivas e identitárias, enquanto gerador de reconhecimento. Enquanto isso, a esfera quantitativa diz respeito ao valor e importância da representatividade enquanto percurso ético para o desenvolvimento social de maneira mais igualitária, ou seja, como garantia da participação de pessoas em situação de subalternização nas mais esferas da vida” (CONCEIÇÃO DOS SANTOS, 2023, p. 212).



indicar que é na produção da fala que a desigualdade aparece. A fala produz poder e, nessa perspectiva, acionamos Chimamanda Ngozi Adichie e o conceito de nkali, termo em igbo⁴. Em sua obra que discute como “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2009), a intelectual nigeriana apresenta o nkali como “ser maior do que o outro”. Assim, aquele que detém mais poder tem a capacidade de engolir a história do “Outro”, um fenômeno presente em toda enfermidade atrelada à desigualdade, a maneira como era encarada a desigualdade no trabalho do antropólogo Ribeiro (1995).

A pesquisa empreendida por Djamila Ribeiro (2019) indica que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social” (p. 85). Quando ela fala que “estamos falando de localização social”, a filósofa tem o cuidado de compreender que, independentemente do assunto que seja levantado para discussão, quando nos propomos a agir discursivamente, quando estabelecemos um vínculo comunicativo, acionamos nossos lugares de fala. As cosmopercepções, termo apresentado por Oyèrónkẹ Oyèwùmí ([1997], 2021)⁵, que cada um dos indivíduos possui está atrelada aos contextos adquiridos ao longo da vida. É a partir desses enlaces que se estabelecem formas de poder no discurso e que certos lugares de fala são superiorizados em detrimento de outros.

Portanto, estamos falando de quem tem o direito de falar. Dentro do quadro hegemônico estabelecido socialmente, a desigualdade afeta inúmeros grupos enquanto beneficia alguns poucos. Constituído historicamente, o chamado heterocispatriarcado (AKOTIRENE, p. 19) ou consciência branca, eurocêntrica, patriarcal e heterossexista (HARAWAY, [1986], 1995) privilegia o grupo dominante (homens brancos de origem historicamente europeia). A partir de uma série de opressões — racismo, machismo, gordofobia, preconceito contra a dissidência heteronormativa sexual, entre outras formas de propagação de desigualdade —, o mundo é configurado em diferenças opostas, estabelecidas a partir da lógica dominante/dominado. Nesse debate, é crucial a discussão sobre o conceito de interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (1989) quando a intelectual percebeu, no ponto de vista do direito, que mulheres negras tinham experiências singulares de discriminação. Em busca de uma definição, podemos afirmar que se trata de “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” e “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Portanto, é através da interseccionalidade que podemos compreender os pontos os quais as pessoas perdem seu poder enquanto seres humanos, ao levarmos em consideração que

⁴O igbo é um dos idiomas que resistiram ao colonialismo e que fazem referência a um dos povos da Nigéria. Assim como outros povos de origem africana, é através do idioma que a sua identificação étnica é referida. Em Paes (2021), podemos ter uma compreensão generalizada sobre esse povo.

⁵A socióloga nigeriana Oyèwùmí ([1997], 2021) utiliza o termo “cosmopercepção” como um substituto de “cosmovisão”. O último termo se relaciona com a capacidade de enxergar (“cosmovisão” = “world view”, visão de mundo), enquanto o primeiro representa o mundo sensível de maneira geral (“cosmopercepção” = “world sense”), ampliando o escopo epistemológico que tal termo envolve.



suas experiências cotidianas, em seus diversos eixos, estabelecem uma dominação peculiar. Tais experiências fogem de uma “percepção global”, mais “unitária”, ou seja, hegemônica e, por essa razão, são diminuídas. Porém, gostaríamos de indicar que outras teóricas já haviam pensado na interseccionalidade através dos modos pelos quais conduziram suas pesquisas. A ativista e filósofa Angela Davis denunciava a maneira como feministas brancas não conseguiam enxergar questões de raça e classe na luta do feminismo negro nos Estados Unidos. Citando seu clássico trabalho, “provavelmente enxergando sua criada [negra] como mera extensão de si mesma, a feminista [branca] dificilmente poderia ter consciência de seu papel ativo como opressora” (DAVIS, [1981], 2015, p. 128). Enquanto as feministas brancas estadunidenses reivindicavam seu direito a trabalhar — algo legítimo dentro de seu “lugar de fala” —, as mulheres negras sempre trabalharam, uma vez que foram obrigadas a realizar labor forçado por séculos e, ainda assim, assumiram posições com pouco poder aquisitivo e de decisão como suas ocupações.

Além disso, Lélia Gonzalez já havia proposto, em 1988, o termo “amefricanidade” como uma categoria que tentava abarcar as relações étnico-raciais da América. A intelectual brasileira percebeu como a população americana, principalmente, mas não exclusivamente, latino-americana, era fruto de inúmeras relações interracialis e cruzamentos de realidade similares. Tal hibridismo a fez compreender como foram produzidos eixos únicos de existência, propondo uma luta afrodiaspórica contra o racismo na América (GONZALEZ, [1988], 2020).

Através da interseccionalidade, percebemos como a fala contém poder e como esse poder está em disputa, poder esse material e historicamente adquirido que impõe uma posição desigual aos oprimidos. No que tange a discussão racial, assim como grande parte dos conceitos que emergiram no cenário contemporâneo, o “lugar de fala” é uma categoria política.

No texto de Mombaça (2021), temos a discussão sobre como pessoas brancas se apropriam do trabalho acadêmico produzido por pessoas negras. Há uma “reprodução carregada de uma lógica anacrônica de valor que, entretanto, configura o presente e o futuro das políticas especulativas brancas — valor como aquilo que é roubado de nós” (MOMBAÇA, 2021, p. 44-45). Esse movimento de apropriação indicado por Mombaça é refletido em maneiras de apropriação que ocorrem na contemporaneidade, como a apropriação de causas identitárias. Dessa forma, o poder da fala produzida por quem oprime “esmaga e engole” os que são oprimidos.

Ainda segundo a artista visual brasileira, o conceito de “lugar de fala” é uma ferramenta importante para uma transformação social que coloca em evidência os que estão em posição de subalternidade. Em suas palavras, “se o conceito de ‘lugar de fala’ se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergência de vozes historicamente interrompidas” (MOMBAÇA, 2021, p. 85). Depreendemos a força política que envolve o conceito: o da possibilidade da ampliação de outras cosmopercepções como passíveis de pertencer à realidade social, como um todo.



As dificuldades de inserção científica de termos como “lugar de fala” e outros que foram propostos por movimentos sociais se dá através de sua ação prática e refletida, porém que não é vista dentro de seu caráter teórico-metodológico. Nesse sentido, conforme apontamos em outra ocasião ao discutirmos o conceito de representatividade (BRAGAGLIA; CONCEIÇÃO DOS SANTOS; BROCHADO, 2020), trata-se de uma categoria que partiu da luta social e reivindicatória que visa a transformação da realidade através de um pensamento reflexivo sobre a vida, ou seja, da práxis. A ação ativista é práxis, compreendida de maneira simplificada como ação e reflexão agindo conjuntamente.

Por esse ângulo, percebe-se que o Feminismo Negro, enquanto movimento amplo e internacional — ou seja, sem considerar as particularidades adquiridas ao longo tempo e territorialmente constituídas —, foi o espaço em que o “lugar de fala” tomou forma. Acompanhando a discussão presente na obra de Ribeiro (2019), a seguir serão debatidos os pontos de vista da legitimação do “lugar de fala” como uma forma mostrar, aos que estão em posição privilegiada, as hierarquias estabelecidas entre eles e os demais grupos subalternizados (RIBEIRO, 2019, p. 85).

A primeira intelectual investigada por Ribeiro (2019) é Patricia Hill Collins ([2000], 2019). Retomando as discussões acerca da interseccionalidade apresentadas anteriormente em nosso trabalho, foi graças à percepção analítica de Collins que foi possível pensar em um ponto de vista feminista negro. Seu trabalho se debruça em destacar as diversas opressões vividas por mulheres negras e suas formas de resistência, luta e enfrentamento da dupla opressão racista e sexista. Ao demonstrar que existe um outro “lugar de fala”, outro espaço que pode (e precisa) entrar em discussão, a intelectual estadunidense indica a existência, de um lado, da visão empregada por mulheres negras sobre elas mesmas e, por outro lado, formas de controle através de estereótipos que são reforçados continuamente para parecer naturalizadas, chamadas de imagens de controle.

Em um segundo momento, Ribeiro (2019) recorre ao estudo realizado por Gayatri Chakravorty Spivak ([2008], 2020)⁶ sobre mulheres indianas, sua maioria formada por mulheres de pele escura. Dentro do contexto da sociedade indiana durante o período colonial, elas não eram ouvidas. Havia uma prática ritual chamada sati, a autoimolação praticada por viúvas após a morte de seus maridos. Esse tipo de cerimônia era realizada por mulheres indianas por conta da moral da época e foi repudiado por colonizadores britânicos. Em nenhum momento foi ouvida a posição das mulheres indianas, indagando o que elas achavam sobre a questão.

Finalmente, é através da tese de Grada Kilomba ([2008], 2019) que aparece mais um exemplo de como funciona o “lugar de fala”. Ribeiro (2019) discute, especificamente, um trecho do trabalho da teórica portuguesa, sobre “a máscara como a afirmação do projeto colonial” (p. 76), como metáfora e como representação do artefato material que era utilizado para silenciar pessoas negras

⁶ Gostaríamos de destacar a inadequação do título (“Pode o subalerno falar?”) em português, utilizando a palavra “subalerno”, uma vez que o livro discute sobre as mulheres indianas. Logo, a partir da lógica da pesquisa, o termo traduzido mais apropriado seria “subalterna”.



escravizadas. Sua leitura do trabalho de Kilomba se debruça na seguinte reflexão: “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar” (RIBEIRO, 2019, p. 78). Porém, achamos necessário destacar outro aspecto relevante na obra da intelectual portuguesa: como o racismo, embutido nas práticas cotidianas, se reveste de uma forma mitigada que não é perceptível entre os opressores. Percebamos que não estamos falando sobre aquilo que deve ser feito por parte de quem oprime, mas como esse impõe sua desigualdade imperiosa como verdade absoluta, a qualquer custo. A escuta deixa de ser efetivada objetivamente em prol da manutenção da posição privilegiada a qual ele faz parte. Por essa razão, o “lugar de fala” se torna essa ferramenta útil para a transformação social.

Portanto, podemos definir o “lugar de fala” como o contexto os quais cada um dos indivíduos está inserido e representa espaços de realidade que lidam com a esfera das singularidades e das comos percepções coletivizadas. Por isso, trata-se de uma categoria política, fundada na ação reflexiva de superar uma relação entre os que estão autorizados a falar e os que não estão. Exercer o “lugar de fala” é defender uma forma de existência, apresentar ao mundo perspectivas que são ignoradas para a manutenção do poder, uma vez que quem detém o poder de falar pode contar suas próprias histórias. O acionamento do “lugar de fala” acontece em defesa dos grupos sociais subalternizados que podem ter a oportunidade de expor a sua própria visão dos fatos, das experiências e de suas existências. É um movimento que busca o “comum”: o mesmo direito de fala que nós temos, os “Outros” têm, e vice-versa.

3 O “lugar de fala” e o lugar de escuta: intertextualidade na mídia

Como apontamos na seção anterior, Ribeiro (2019) já indica em seu trabalho, através da reflexão baseada em Kilomba ([2008], 2019), que os lugares de fala presumem um lugar de escuta. Além disso, o poder exercido discursivamente aparece nas relações em que é necessária a autorização da fala: o opressor só pode ouvir quando ele quer. Tal relação se aproxima de concepções discutidas em disciplinas teóricas na Comunicação, geralmente a partir do par emissor/receptor. No entanto, o “lugar de fala” tensiona essa ideia por misturar os papéis e apresentar a inviabilização de certas vozes no universo discursivo.

Preferimos entender as relações comunicativas a partir da lógica apresentada em Sennett (2012). Em sua obra ensaística, focada nas relações de cooperação estabelecidas na cotidianidade da vida em comunidade, o sociólogo estadunidense destaca como se dão as relações a partir da conversa. A configuração da conversa se assemelha com o par emissor/receptor, em que temos o falante e o ouvinte. A diferença é a forma como estabelecemos o nosso processo de conversação, que pode ser dialógico ou dialético. No diálogo, temos a apresentação de dois pontos de vista em uma interatividade opositiva ao monólogo, conforme discute Bakhtin ([1929], 2006; [1929], 2013). Em contrapartida, a dialética ruma em uma possibilidade síntese de pontos de vista dissonantes.



Seguimos com a seguinte questão: a mídia contemporânea apresenta essa gama de possibilidades de interações conforme podemos pensar reflexivamente a partir das ideias do diálogo e da dialética? Conforme é afirmado por Sodré ([1977], 2020): “é no diálogo, portanto, que a comunicação se revela plenamente como troca, dando margem ao conhecimento recíproco dos sujeitos ou até ao conhecimento de si mesmo, na medida em que pode incorporar o discurso do outro” (SODRÉ, [1977], 2010, p. 24). Ou seja, indicamos que é imprescindível no processo comunicativo que se exerce de maneira plena a presença do contraditório, seja ele incorporado ou não em uma síntese, seja de maneira dialógica ou dialética.

A grande motivação política do “lugar de fala” para a mudança é justamente trazer à superfície os que tiveram suas existências soterradas. O ato de soterrar as subjetividades colonizadas caracterizou uma dor que continua existindo como cicatriz que não se esquece: a “ferida colonial”. Na perspectiva do teórico decolonial Mignolo ([2005], 2007), a “ferida colonial” é um “sentimento de inferioridade imposto aos seres humanos que não se encaixam no modelo pré-determinado de relatos euramericanos” (MIGNOLO, [2005], 2007, p. 17, tradução nossa⁷). É nesse sentido que há a necessidade do acionamento do “lugar de fala” como conceito que pode superar a inferioridade introduzida de maneira tão visceral na vida dos colonizados, os oprimidos da situação colonial.

Entre os diversos motivos que podem ser inferidos no que tange o impedimento da fala midiática de certos grupos sociais, existem dois que gostaríamos de destacar e que vão auxiliar em nosso processo reflexivo. A primeira razão é a não escuta dos “receptores” que não querem decodificar as mensagens de tais grupos — subalternizados — na realidade midiática. Nesse sentido, poderíamos dizer que existe a falta de interesse do público. Como exemplo, gostaríamos de destacar o fato que houve matérias destacando como o ator brasileiro Lázaro Ramos foi considerado o galã mais rejeitado de novelas da nove da emissora de televisão Rede Globo (RITO, 2011). Nesse caso, poderíamos apontar os efeitos do racismo, que incorpora uma série de estereótipos às pessoas negras, entre eles o de “feio” — em oposição a um suposto ideal de beleza que é “branco”. Consequentemente, a beleza negra é impedida de exercer um lugar através de seus próprios códigos.

Percebemos a armadilha que pode existir nesse caso de tentativa de impedimento do acionamento de um lugar de fala (da beleza negra). Como já afirmamos, o processo comunicativo tem caráter dialógico e dialético, carregando dentro de si relações de duplas, como emissor/receptor, fala/escuta, codificação/decodificação. Este último, aliás, é o modelo apresentado por Hall ([1980], 2020) e o intelectual jamaicano já apontava para inúmeras problemáticas sobre o direcionamento à interpretação de certas formas codificadas, fazendo com que, no processo de decodificação, a mensagem que fosse assumida pelo receptor fosse de uma “posição hegemônica-dominante”. Ou

⁷ No trecho original: “el sentimiento de inferioridad impuesto en los seres humanos que no encajan en el modelo predeterminado por los relatos euroamericanos” (MIGNOLO, [2005], 2007, p. 17).



seja, a decodificação da mensagem se dá a partir do código referencial no qual ela foi codificada (HALL, [1980], 2020, p. 442).

À vista disso, a contribuição do conceito de “lugar de fala” estaria na ampliação das perspectivas assumidas. No ato reflexivo (conceito) ou na prática profissional (ação), o acionamento do “lugar de fala” embaralha concepções profundamente enraizadas e tratadas como verdade. Não se trata de um modo impositivo e, conseqüentemente, monológico, que implica em uma proposta restritiva e que limita outras interpretações. Isso já é realizado através das posições dominantes e hegemonizadas, que realizam uma supressão de outras existências. O que o “lugar de fala” faz é viabilizar alternativas de compreensão do mundo.

Em segundo lugar, o impedimento da fala pode partir antecipadamente do próprio “emissor”. Apesar de parecer uma razão “óbvia”, ela se dá por inúmeros meios sutis. A baixa representatividade de pessoas negras na publicidade é uma realidade tão nítida quanto a maneira pela qual pessoas negras são representadas na mídia em reportagens que destacam aspectos negativos. Sobre a representação negativa, podemos pensar sobre os temas recorrentes sobre pessoas negras, como a pobreza, a fome, a miséria, a violência.

A título de exemplo, um caso recente ocorreu no programa matinal Mais Você, apresentado por Ana Maria Braga. Durante um bate-papo com a angolana Tina Calamba — comunicadora, modelo e ex-participante da 23ª edição do reality show Big Brother Brasil —, a apresentadora da atração matutina apresentou a “realidade” angolana. Conforme podemos ver através de reportagem de Barbosa (2023), a fala da apresentadora destacava, principalmente, as mazelas de períodos de guerra e foram reproduzidas imagens antigas de um país devastado por tal situação. A reprodução daquelas imagens impedia o lugar de fala de Tina Calamba, como mulher angolana, de falar das qualidades de seu país, pois mesmo que ela afirmasse que seu país era cheio de riquezas, as cenas mostravam o contrário, criando uma contradição sobre seu relato.

O que percebemos com o impedimento dos lugares de fala é, justamente, a influência dos regimes da representação. No que tange os regimes racializados da representação, a exaustiva utilização de figuras de pessoas negras assumindo papéis estereotipados reforçam continuamente certas concepções que se tornam quase cristalizadas. Ao longo de inúmeras décadas, vimos personagens negros em telenovelas sem uma narrativa profunda e adequada quando comparados aos brancos. Em outra oportunidade (CONCEIÇÃO DOS SANTOS, 2022), discutimos sobre como a personagem Deusa, interpretada por Adriana Lessa, da telenovela “O Clone” (2001-2002). Sua história, além de repleta de sofrimentos — reforçando inúmeras violências simbólicas vividas por pessoas negras —, trazia consigo inconsistências narrativas devido ao seu tempo de tela reduzido, ainda que fossem colocadas inúmeras discussões.

A capacidade de “acumulação de significados em diferentes textos, em que uma imagem se refere a outra ou tem seu significado alterado por ser ‘lida’ no contexto de outras imagens” (HALL, [2013], 2016, p. 150) é chamada de intertextualidade. É através da intertextualidade que, para Hall



([2013], 2016), são formados os regimes racializados da representação. Logo, o “lugar de fala” pode servir como um conceito capaz de resgatar representações que foram deixadas de lado.

O movimento de resgatar falas antes ignoradas pode ser vista, por exemplo, através do cinema documentário. Em “A 13ª Emenda” (2016), filme dirigido por Ava DuVernay, temos a construção de uma narrativa documental que apresenta a realidade jurídica estadunidense sob o olhar negros estadunidenses, partindo da própria diretora. O filme reconta a história do sistema carcerário dos Estados Unidos, promovendo um olhar crítico no qual aponta que os negros representam o grupo social que mais é penalizado, diante do materialismo histórico vinculado à sua situação de escravização em um período anterior. O encarceramento em massa da população negra estadunidense é considerada dentro do filme, articulada com argumentos de inúmeros especialistas e intelectuais, como extensão do processo de escravidão.

Como apontado ao longo do filme, várias ações foram assumidas pela população branca para que houvesse o impedimento da perspectiva negra das questões atreladas ao sistema carcerário. Como exemplos, citamos o exílio, assassinato, discriminação, segregação de pessoas negras, entre outras práticas que implicavam em uma subalternização que impedia, e ainda impede, a existência das subjetividades negras em sua plenitude. Viver dentro da lógica da sobrevivência é estar no limite a todo segundo. Ainda que seja uma realidade dolorosa, a apresentação do ponto de vista negro na cinematografia adiciona uma discursividade alternativa.

Portanto, se os processos comunicativos são estabelecidos dentro de uma comunhão, acreditamos que uma chave importante capaz de agir criticamente, uma vez que se propõe a alterar um quadro de dominação vigente no mundo, é o conceito de “lugar de fala” em sua dimensão política. Enquanto práxis, fundada no processo reflexão da ação ativista, o termo guarda em si potências ainda não acessadas, uma vez que o mundo é enquadrado por poucos. Esses poucos, sabendo do seu controle dos meios de reprodução midiática, impõe aos subalternizados o controle da sua imagem e colocam em jogo o capital de representatividade (CONCEIÇÃO DOS SANTOS, 2023), ou seja, encaram a representatividade como moeda de troca, e o ônus é sempre acarretado aos que estão em situação de opressão. Por essa razão, a construção midiática deve passar estritamente pelo “lugar de fala” e, ao mesmo tempo, serve de ferramenta analítica para criticar a vigência de processos hegemônicos.

4 Conclusões e encaminhamentos

Ao longo deste artigo, propomos uma discussão conceitual do termo “lugar de fala” e sua aplicabilidade na área comunicacional. Em uma contemporaneidade de expressividade monológica, em que a vida é contada através de caracteres e não compartilhada em processos interativos propriamente dialógicos e/ou dialéticos, a interação, em si, perde sua importância uma vez que não



se quer renunciar às posições previamente assumidas, ainda mais se elas destacam um lugar de privilégio.

O “lugar de fala” questiona o privilégio de certos grupos que promovem a desigualdade, tanto material quanto simbólica. No contexto midiático, percebemos o prolongamento do poder de quem pode, ou não, contar a história. Aos que detêm tal autoridade, o processo de silenciamento se torna presente até a sua naturalização. Os contínuos impedimentos proporcionam um estado inconsciente de assunção de um lugar proferido por outros.

Ao pensarmos a realidade profissional, uma das possíveis soluções, dentro da lógica capitalística do mercado contemporâneo, é a contratação de pessoas pertencentes a grupos subalternizados que possam exercer a reprodução midiática de seus lugares de fala. Tal remediação deve ser vista, sempre, com reservas, uma vez que as intenções empresariais se mascaram facilmente, como podemos perceber através dos movimentos de apropriação no cenário comunicacional. Mesmo assim, a oportunidade deve existir para que seja possível pensar de outros modos de existência.

Defendemos, também, a obrigatoriedade de ensino sobre a realidade étnico-racial nos cursos de Comunicação no Ensino Superior no Brasil. Obviamente, são inúmeros os movimentos sociais que reivindicam seu espaço social, inclusive, epistemológico. Porém, gostaríamos de destacar a profusão intelectual presente neste artigo que corrobora com uma percepção outra sobre o objeto comunicativo. Grande parte dos conceitos trabalhados foram pensados por intelectuais feministas negras. Gonzalez ([1979], 2020) aponta para a importância da mulher negra brasileira como a base da economia brasileira, responsável por tudo girar. Essa mesma mulher ainda é ignorada em diversas instâncias, incluindo a mídia. Sendo a base econômica, sua visão deveria ser tão importante quanto a de qualquer intelectual eurocêntrico que perpetua maneiras de manter seus privilégios epistemológicos.

Logo, nosso trabalho realiza um esforço para pensar o ato comunicacional como lugar de fala e escuta, em que a plenitude comunicativa, ou melhor, a capacidade de exercer tanto o seu “lugar de fala” quanto seu “lugar de escuta”, devem ser garantidos aos indivíduos. Não se trata de pensar medidas paliativas. Afinal, uma mudança transformadora é necessária. O “lugar de fala”, conceito político, é capaz de questionar a vigência do mundo estabelecido e encontra saídas antes não sinalizadas por conta de impedimentos estratégicos em nome do poder material e simbólico.

Essa é uma reflexão inconclusa, pois ainda é preciso investigar outros usos do conceito de “lugar de fala” em relação aos atos comunicativos. Novos atravessamentos podem surgir, principalmente quando colocamos em destaque questões como o “cancelamento” em redes sociais digitais, que levam ao fechamento discursivo. Certas vezes, a motivação dos “cancelamentos” é em favor dos “lugares de fala”, apontados como motivos para tal ação. Mas se o “lugar de fala” se diz um conceito em favor de acabar com impedimentos de vozes anteriormente silenciadas, como pode ser utilizada como forma de interdição e oclusão do discurso? Tais questões são pertinentes e precisam



ser minuciosamente trabalhadas em outro momento, pensando os usos do conceito de “lugar de fala” nesses ambientes virtuais.

Para além das contradições, o “lugar de fala” exerce um papel decisivo na construção intertextual das possibilidades da discursividade da vida cotidiana. Ao garantir a ampliação de pontos de vista, ao mesmo tempo, realiza uma operação que não exclui posições anteriores, uma vez que elas são questionadas. O questionamento leva ao processo reflexivo de ver de outras formas temas e experiências que perpassam a vida de sujeitos no mundo.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVARES, João Vitor; BASTREGHI, Louane; LIMA, Sílvia Christina França; SIMÕES, Vivianne Augusta Pires. A publicidade no Brasil e suas diretrizes. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, PR, v. 16, n. 2, p. 171-180, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/view/5966>. Acesso em: 26 abr. 2023. BAKHTIN, Mikhail. (1929). Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. (1929). O discurso em Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. 5. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2013.
- BARBOSA, Juliana. Ana Maria é criticada por mostrar cenas de guerra e fome em Angola à Tina. Metrôpoles, [S. l.], 08 fev. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/ana-maria-e-criticada-por-mostrar-cenas-de-guerra-e-fome-em-angola-a-tina>, Acesso em: 27 abr. 2023.
- BRAGAGLIA, Ana Paula; CONCEIÇÃO DOS SANTOS, Pedro Henrique; BROCHADO, Samara Sanches. A (in)visibilidade de pessoas negras na publicidade: perspectivas interseccionais no regime representacional da campanha “Casa de Férias” da Trivago (2019). Esferas, [S. l.], n. 18, p. 73-86, 2020. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11934>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- BRANCO, Renato Castelo. Breve história da propaganda no Brasil. Revista da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 89-96, jun. 1994. Disponível em: https://arquivo.espm.edu.br/revista/junho_1994/files/assets/common/downloads/publication.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.
- CALHOUN, Craig. (2011). Comunicação como Ciência Social (e mais). Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 277-310, jan./jun. 2012.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. (2000). Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019. (recurso eletrônico)
- CONCEIÇÃO DOS SANTOS, Pedro Henrique. Sobre a violência simbólica contra pessoas negras na mídia brasileira contemporânea. In: Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, 16., 2022, Sorocaba, SP. Anais eletrônicos [...]. Sorocaba, SP: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, Universidade de Sorocaba – Uniso, 2022. Disponível em: <https://epecom.uniso.br/trabalhos-2022/>. Acesso em: 09 fev. 2023.



CONCEIÇÃO DOS SANTOS, Pedro Henrique. O mito da publicidade antirracista ou sobre o capital de representatividade: por outra ética publicitária. 2023. 335 f. Tese (Doutorado em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black Feminist critique of antidiscrimination doctrine, Feminist theory and Antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 26 abr. 2023.

DAVIS, Angela. (1981). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. (1979). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020. (p. 127-138).

HALL, Stuart. (1980). Codificação/decodificação. In: SOVIK, Liv. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2020. (p. 428-447)

HALL, Stuart. (2013). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio: Apucuri, 2016.

HARAWAY, Donna. (1986). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: KILOMBA, Grada. (2008). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. (1995). *História das teorias da comunicação*. 16. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

MARCONDES, Pyr. *Uma história da propaganda brasileira: as melhores campanhas, gênios da criação, personagens*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2001.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2021.

MORENO FERNANDES, Pablo. Racismo e invisibilização: representatividade negra em anúncios de revista. *E-Compós*, [S. l.], v. 25, 2022. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/2384>. Acesso em: 26 abr. 2023.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. (1997). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2021. (recurso eletrônico)

RIBEIRO, Darcy. *Classe, cor e preconceito*. In: RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

RITO, Regina. *Lázaro Ramos vive o galã mais rejeitado de novelas das nove*. Terra, *Entretê*, Rio de Janeiro, 01 mar. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/novelas/lazaro-ramos-vive-o-gala-mais-rejeitado-de-novelas-das-nove,d028f286a945a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 27 abr. 2023.



RODRIGUES, Sérgio. Racismo, a palavra, nasceu no século 20. Veja, [S. l.], 20 nov. 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/racismo-a-palavra-nasceu-no-seculo-20/>. Acesso em: 26 abr. 2023. SARAIVA, Adriana. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.

Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, RJ, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SENNETT, Richard. Juntos. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.

SODRÉ, Muniz. (1977). O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto mídia e política. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2016. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2008). Pode o subalterno falar?. 4. reimp. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2020.

SUBMISSÃO: 28/04/2023

APROVAÇÃO: 07/06/2023